

CONCURSO POR CLASSIFICAÇÃO PARA ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL OU EQUIPARADO, PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE TOMAR OU POR ESTE GERIDO, EM REGIME DE RENDA APOIADA

PRAZO DE INSCRIÇÃO E VALIDADE

Inscrições abertas pelo prazo de 30 dias, **de 16 de novembro de 2020 a 15 de dezembro de 2020**, válido pelo período de **dezoito meses**, para os fogos que durante esse período venham a ser identificados para integrarem o concurso.

LOCAL E HORÁRIO DE ENTREGA DO QUESTIONÁRIO DE CANDIDATURA, CONSULTA DO PROGRAMA E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

O questionário para a candidatura e o Programa de Concurso estão à disposição dos interessados nas Juntas de Freguesia, no Balcão Único Municipal e no site do Município em www.cm-tomar.pt. A entrega da documentação será efetuada presencialmente, no horário entre as 9h00 e as 13h00 nos dias úteis dentro do prazo fixado, no Balcão Único Municipal.

REGIME DE ARRENDAMENTO:

Arrendamento pelo período máximo de 10 anos, com renovação condicionada, na modalidade de renda apoiada calculada em função do rendimento do agregado familiar nos termos previstos no artº 21º da Lei 81/2014, alterada pela Lei 32/2016, de 24 de agosto.

SITUAÇÕES DE IMPEDIMENTO DE CANDIDATURA ou de exclusão em fase de apreciação das propostas:

- Nenhum dos elementos que compõem o agregado familiar pode ser proprietário ou coproprietário de prédio ou fração autónoma de prédio destinado a habitação;
- Nenhum dos elementos que compõem o agregado familiar pode estar a usufruir de apoios financeiros públicos para fins habitacionais;
- Nenhum dos elementos que compõem o agregado familiar pode ter beneficiado de indemnização em alternativa à atribuição de habitação no âmbito de programa de realojamento;
- O candidato ou elemento do seu agregado familiar preste falsas declarações ou omita informação relevante; nenhum dos elementos que compõem o agregado familiar pode ter sido ocupante ilegal ou Ex arrendatário que tenha dado origem a processo litigioso por parte do Município, incluindo o abandono anterior não comunicado de fogo habitacional do município;
- A definição de agregado familiar e dependente está descrita no Programa de Concurso (P.C.).

CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO, PONDERAÇÃO E AVALIAÇÃO:

1.- São excluídos os candidatos que:

- Apresentem a sua candidatura fora de prazo;
- Não instruem a sua candidatura com os documentos instrutórios necessários à avaliação dos candidatos e que se encontram abaixo referidos;
- Não reúnam as condições cumulativas previstas no art.º 5 do P.C;
- Se encontrem nas condições de impedimento de candidatura, previstas no art.º 5 do P.C;
- Apresentem Boletim de inscrição incoerente com os documentos apresentados e em que após prazo para esclarecimento da situação, a incoerência persista;
- Apresentem documentos entregues em desconformidade com os formulários de preenchimento obrigatório e em desconformidade com as regras de propositura de candidatura aprovadas e publicitadas.

2.- As candidaturas que forem aceites serão ponderadas e hierarquizadas de acordo com a aplicação da matriz conforme o Programa de Concurso aprovado, do que resultará uma ponderação de cada candidato, dentro da categoria/tipologia de imóvel a que se candidata, a qual será ordenada por ordem decrescente.

EM CASO DE EMPATE, este será decidido de acordo com os seguintes critérios de prioridade:

- a) Agregado com rendimento per capita inferior;
- b) Famílias monoparentais;
- c) Vítima de violência doméstica devidamente comprovada por documento oficial;
- d) Número de elementos no agregado familiar com idade igual ou superior a 65 anos;
- e) Número de deficientes no agregado;
- f) Número de dependentes no agregado.

Município de Tomar | Divisão de Educação, Intervenção Social e Ambiente

OS QUESTIONÁRIOS DE CANDIDATURA DEVEM SER ACOMPANHADOS OBRIGATORIAMENTE DOS SEGUINTE DOCUMENTOS

- a) Atestado de residência passado pela Junta de Freguesia comprovativo da constituição do agregado familiar e tempo de residência na freguesia – Tempo de residência no Município há pelo menos dois anos;
- b) Identificação pessoal e fiscal - verificação do cartão de cidadão de todos os elementos do agregado familiar, registos de nascimento e, para cidadãos estrangeiros, de autorização de residência ou documento equivalente que permita o candidato a permanecer em território nacional de forma legal;
- c) Comprovativo da situação profissional do candidato e de todos os elementos do agregado familiar que exerçam atividade remunerada através da apresentação dos seguintes documentos:
 - c.1 Os trabalhadores por conta de outrem deverão apresentar cópia dos três últimos recibos de ordenado e última declaração de IRS com a respetiva nota de liquidação, se devida ou certidão de isenção emitida pela Repartição de Finanças, se for o caso;
 - c.2 Os trabalhadores por conta própria (independentes) deverão apresentar cópia de todos os recibos verdes emitidos nos últimos três meses e ainda cópia da última declaração de IRS com a respetiva nota de liquidação, se devida ou certidão de isenção emitida pela Repartição de Finanças, se for o caso e ainda declaração de descontos efetuados emitida pelo Instituto de Solidariedade e Segurança Social.
 - c.3 Declaração sob compromisso de honra que exerce atividade profissional com informação do número de horas por semana e respetivo valor;
 - c.4 Os reformados ou pensionistas devem apresentar declaração do seu rendimento pelo organismo que atribui a referida pensão;
 - c.5 Os desempregados devem comprovar a situação, bem como comprovativo de inscrição no Centro de Emprego;
- d) Os beneficiários de RSI devem apresentar declaração atualizada do que recebem, emitida pelos serviços da segurança social;
- e) Quando se verifique a inexistência de qualquer fonte de rendimentos pelo agregado familiar, deve ser apresentado comprovativo da candidatura a um mecanismo de proteção social;
- f) A situação dos estudantes maiores de idade deve ser comprovada pelos respetivos estabelecimentos de ensino. (Comprovativo de matrícula);
- g) Os cidadãos portadores de deficiência incapacitante (mental ou física) deverão fazer prova da situação mediante declaração *de entidade pública* competente, com indicação do grau de incapacidade;
- h) Em caso de subsídios de doença, e desemprego ou outras prestações familiares (abonos de família) deverão ser apresentados comprovativos da segurança social;
- i) A inexistência de bens em nome do requerente e demais elementos do agregado familiar deve ser comprovada por certidão atualizada da Repartição de Finanças;
- j) Em caso de menores sob tutela judicial, fotocópia comprovativa da Regulação das Responsabilidades Parentais com o valor da pensão de alimentos;
- k) A situação de vítima de violência doméstica deverá ser comprovada por documento oficial de entidade judicial competente que ateste o facto.

Estão dispensados da entrega da documentação constante nas alíneas a), b) e i) do ponto anterior os candidatos ao último concurso, que decorreu em 2019.

LOCAL E DIVULGAÇÃO DA LISTA PROVISÓRIA DOS CANDIDATOS APURADOS:

Após o prazo de inscrição, decorre um período de 45 dias, para análise das candidaturas.

A lista provisória dos candidatos ordenados por ordem decrescente é publicitada no site do Município, www.cm-tomar.pt e no Edifício dos Paços do Concelho com indicação do prazo de audiência prévia, que será escrita, pelo prazo de 15 dias, com início na data da última publicitação da listagem.

LOCAL E FORMA DE DIVULGAÇÃO DA LISTA DEFINITIVA DOS CANDIDATOS APURADOS:

Findos os procedimentos legais devidos, a lista definitiva dos candidatos ordenados é publicitada através de *Edital*, na página da internet do município e ainda no Edifício dos Paços do Concelho.